



Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL

ISSN 1809-1873 (versão impressa)

ISSN 2237-2261 (versão eletrônica)

Qualis B5 - Direito

Caros professores,

Prezados Pesquisadores,

A Revista do Mestrado em Direito da UFAL, publicação eletrônica semestral do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Alagoas, classificada pela CAPES/MEC como **Qualis B5, Direito**, apresenta à comunidade científica o volume 6, número 3, que tem como eixo temático:

1. **A Constitucionalização dos direitos no Brasil:** análise sistemática do fenômeno da penetração do Direito Constitucional nas ciências jurídicas tradicionais (civil, penal, tributário, eleitoral, administrativo, processual etc.); investigação crítica das relações entre direito público e direito privado sob a perspectiva dos princípios e regras inscritos na Constituição Federal.

Fruto de iniciativa dos professores do PPGD, a RMDUFAL tem se caracterizado pela difusão de pesquisas sobre a efetividade dos direitos fundamentais, hermenêutica constitucional e a constitucionalização dos direitos no Brasil e em outros países. Embora as abordagens girem em torno desses temas, a Comissão Editorial estimula a interdisciplinariedade e a análise crítica desses fenômenos contemporâneos, dialogando com as diversas vertentes teóricas das ciências jurídicas.

Atualmente a RMDUFAL vem passando por profundas reformas em sua estrutura a fim de manter sua excelência científica e adquirir maior visibilidade no cenário da pós-graduação brasileira. Para isso, ampliou seu conselho editorial e seu quadro de pareceristas, delimitou os temas dos artigos, criou seção consagrada à doutrina internacional e ensaios críticos, além de iniciar processo de indexação do periódico nas mais importantes plataformas de pesquisa nacionais e estrangeiras.

No volume 6, tivemos ampla participação de autores que integram programas de pós-graduação brasileiros, países europeus e latino-americanos, o que demonstra o crescente interesse que nosso periódico tem provocado em nossos pesquisadores. Tudo isso nos encoraja a continuarmos a trilhar os caminhos do rigor científico e das boas práticas editoriais.

Seguindo as diretrizes do QUALIS/CAPES, informamos que os autores podem enviar seus textos em língua portuguesa ou estrangeira (inglês, francês, espanhol, alemão e italiano), respeitando as diretrizes editoriais contidas em nossa página eletrônica (<http://www.seer.ufal.br/index.php/rmdufal> ). Caso haja dificuldades de

submissão eletrônica, o que deve ser sempre prioridade, os artigos podem ser submetidos pelo e-mail: [revistamestradodireitoufal@gmail.com](mailto:revistamestradodireitoufal@gmail.com).

Os números anteriores podem ser acessados por meio do seguinte link: <http://www.seer.ufal.br/index.php/rmdufal/issue>.

Aproveitamos a oportunidade para convidá-los a participar do nosso quadro de pareceristas/avaliadores. Depois de cadastrados no sistema da RMDUFAL, a Comissão Editorial enviará esporadicamente textos para elaboração de parecer-padrão pelo sistema de submissão *on line*. Agradecemos a disponibilidade e reafirmamos a importância da contribuição ao nosso projeto editorial.

Ficaremos muito felizes por seu interesse em participar da RMDUFAL como articulista ou parecerista/avaliador, esperando seu cadastro em nosso sistema ou contato por e-mail. Estamos à disposição para esclarecer dúvidas e acolhê-los calorosamente.

Prof. **Dr. George Sarmiento**

Editor-Geral da RMDUFAL  
[revistamestradodireitoufal@gmail.com](mailto:revistamestradodireitoufal@gmail.com)

Prof. Dr. **Dr. Marco Ehrhardt Jr.**  
Editor Executivo da Revista RMDUFAL  
[revistamestradodireitoufal@gmail.com](mailto:revistamestradodireitoufal@gmail.com)

## SUMÁRIO

**Editorial da RMD.** George Sarmento Lins Júnior, pp. 1-3

**Argumento consequencialista no Direito.** Basile Georges Campos Christopoulos, pp. 4-27.

**Poder constituinte do povo: descolonização, emancipação na democracia latino-americana.** Maria da Graça Marques Gurgel, pp. 28-36.

**O direito civil-constitucional e o Reino da Dinamarca.** Ricardo Aronne, pp. 37-64.

**A proteção constitucional contra a despedida arbitrária ou sem justa causa – um direito fundamental em construção.** José Barros Correia Junior e Raul José da Silva Junior, pp. 65-78.

**Eichmann em Brasília: um relato sobre cidadania, obediência e consciência.** Hilda Baião Ramirez Deleito, pp. 79-93.

**O abuso sexual intrafamiliar: propostas para uma proteção jurídico-administrativa mais efetiva de crianças e adolescentes.** Olga Jubert Gouveia Krell, pp. 94-106.

**Questões de (in) constitucionalidade em Portugal e no Brasil sobre o ensino religioso em escolas públicas.** Magno Alexandre F. Moura, pp. 107-138.